

## I – INTRODUÇÃO

As modificações introduzidas pela revolução na microeletrônica e nas telecomunicações elevam a densidade tecnológica e permitem implantar a flexibilidade nos processos de produção e gestão fazendo com que, além de transformações na relação capital-trabalho, ocorram mudanças qualitativas em relação ao aprofundamento da internacionalização da economia, tratada como globalização. Esta repercute em todos os níveis: na circulação do capital, no processo de produção (articulando diferentes fases do processo produtivo em diferentes países) e na gestão das empresas no plano mundial, não só para as multinacionais, como também, para pequenos e médios empresários, cujo futuro depende de sua resposta flexível às variações do mercado mundial.

Com a nova forma de produzir não existem limites geográficos para as empresas: elas terceirizam como nunca o fizeram antes, compram matérias-primas em qualquer lugar do mundo, em função de melhor qualidade e do menor preço. Se por um lado, ocorre a desregulamentação no comércio internacional que objetivam o aumento do intercâmbio e combate às barreiras comerciais, por outro lado, multiplicam-se as barreiras não-tarifárias, em particular, as de proteção ambiental.

Nesse contexto, as grandes empresas, na busca do controle da qualidade de fornecedores e sub-fornecedores, começam a exigir requisitos de qualidade nos produtos e serviços.

Proliferaram as necessidades de atendimento aos novos padrões internacionais, como é o caso da ISO 9000 (que trata do sistema de Qualidade), da ISO 14000 (que aborda as questões ambientais), da BS 8800 (que trata da Saúde e Segurança do Trabalho) e os rótulos ambientais.

Com isso, o avanço tecnológico dos países industrializados é “imposto” aos países em desenvolvimento, porém não de forma igualitária, mas com a soberania dos países industrializados. Surgem os blocos econômicos como medida de proteção e disseminam-se as barreiras não-tarifárias, entre elas: a rotulagem ambiental.

Surge uma série de discussões teóricas sobre a relação comércio e meio ambiente: a) a primeira, se posiciona que a proteção do meio ambiente passa ser um fator de estímulo ao comércio (incentivo ao mercado de produtos “naturais” ou orgânicos e tecnologias menos intensivas em recursos naturais ou tecnologias “verdes”); b) uma outra discussão é o comércio como fator de melhoramento das condições ambientais do mundo (tratados multilaterais) e, por último, c) a discussão da utilização das regulamentações ambientais como instrumento protecionista, posição que se discute no presente artigo.

Dentre as diversas polêmicas existentes, portanto, centra-se a discussão na rotulagem ambiental. Este artigo tem como objetivos apresentar os selos ambientais, as agências reguladoras internacionais bem como os prováveis impactos da sua proliferação e condicionantes para países em desenvolvimento como o Brasil.

## 2 - O SURGIMENTO DO SELO VERDE

---

<sup>1</sup> - Docente do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá – amggodoy@uem.br

<sup>2</sup> - Docente da Faculdades Nobel, Maringá- Paraná. E-mail: celestecb@onda.com.br

Os programas de rotulagem surgem, em 1894, nos EUA, com a criação de uma empresa que testava a veracidade das informações afirmadas pelos fabricantes em seus rótulos.

A partir de 1940, surgem os primeiros rótulos de caráter obrigatório e obedeciam a legislações específicas, que são os de advertência sobre os efeitos do produto sobre a saúde humana e ao meio ambiente. Eram aplicados à agrotóxicos e raticidas com recomendações claras de cuidados no manuseio e armazenagem.

Entre os anos 60 e 70 do século XX, todos os países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) aprovaram legislações referentes à proteção atmosférica e controle da poluição das águas. Como uma das consequências, em 1967, o parlamento europeu regulamentou a embalagem e a rotulagem de substâncias perigosas (Correa, 1998, p.18).

Somente nos anos 70, a rotulagem se estende a todos os produtos que contivessem produtos tóxicos controlados. Na mesma década surgem os rótulos voluntários para produtos organicamente cultivados, ou seja sem uso de agrotóxicos, os quais eram conferidos por entidades ambientais ou pelo próprio produtor.

Percebendo que essas iniciativas encontravam receptividade junto ao mercado consumidor e que poderiam constituir um novo instrumento a induzir as empresas a melhorar seu desempenho ambiental, o Governo alemão decidiu lançar um programa oficial de rotulagem ambiental - o Blau Engel (1977). O selo alemão representava uma inovação no mercado, por analisar o impacto do produto de forma mais abrangente, independente e, portanto, de maior credibilidade.

Paralelamente a esse processo, começam a surgir os limites impostos pela manutenção de toda uma dinâmica econômica baseada, predominantemente, em recursos naturais não-renováveis, portanto, caracterizada pela exploração intensiva dos recursos naturais, a poluição da água, do solo e do ar, o desemprego, a pobreza, a favelização, a urbanização descontrolada e a violência urbana denunciados, principalmente, pelo movimento ambientalista. Nos anos 70-80, ampliam-se as discussões para os impactos transfronteiriços como: redução da biodiversidade, redução da camada de ozônio, mudanças climáticas, chuva ácida, entre outros. Começa a se criar o mercado verde.

Nessa fase, as tecnologias “verdes” começam a se diferenciar no mercado e ser uma nova fonte de superioridade competitiva. Os fabricantes de “produtos verdes” passaram a usar o marketing para informar suas práticas ambientais e conquistar os novos consumidores “verdes”, em número cada vez maior.

Uma das alternativas dos fabricantes para a divulgação das boas práticas ambientais foi a utilização dos selos ambientais incorporando nos rótulos dos produtos os aspectos positivos praticados pela empresa em relação ao meio ambiente.

O RELATORIO BRUNDTLAND (1991, p.237), nesse sentido destaca:

*“O controle da poluição tornou-se, e com toda a razão, um próspero ramo da indústria em ‘vários países industrializados’. Indústrias muito poluentes como ferro e aço, outros metais, produtos químicos e geração de energia, muitas vezes levaram a progressos em áreas como equipamentos antipoluição, desintoxicação, tratamento de resíduos, instrumentos de mensuração e sistemas de acompanhamento. Essas indústrias não apenas se tornaram mais eficientes e competitivas, como também muitas delas descobriram novas possibilidades para investimento, vendas e exportações”.*

A importância do Relatório está em que este criticou o modelo de desenvolvimento adotado pelos países desenvolvidos, o qual se baseia no uso desenfreado de recursos materiais, tornando-o insustentável e apresentou a proposta de Desenvolvimento Sustentável que é *“aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”* (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1991, p. 46)

Esse conceito passou a ser um chavão utilizado pelos mais diversos partidos e movimentos políticos e pelas empresas após a sua reiteração em 1992, no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida, também, como Eco-92 ou Rio-92.

Na Eco-92, foram firmados protocolos (de intenções) sobre o clima, a biodiversidade e as florestas, além de uma declaração e a Agenda 21.

A Declaração do Rio tem um conjunto de 26 princípios. O Princípio 12 reitera os princípios fundamentais do GATT de não discriminação de todas as formas de protecionismo ainda que disfarçadas de propósitos ambientais fora da jurisdição do país importador. O princípio 11 é importante também no que se refere ao selo verde, ao relacionar os objetivos e prioridades ambientais de cada país ao seu próprio contexto ambiental e de desenvolvimento, sublinhando que padrões adotados por alguns países podem ser inadequados para outros, especialmente para os países em desenvolvimento.

A Agenda 21 convoca os diversos setores da sociedade e as empresas a reconhecerem o manejo ambiental como uma das suas prioridades e ponto fundamental para o desenvolvimento sustentável. A mesma, em seu capítulo IV - Mudanças de Padrões de consumo – no item 4.21, afirma: “Os Governos, em cooperação com a indústria e outros grupos pertinentes, devem estimular a expansão da rotulagem com indicações ecológicas e outros programas de informação sobre produtos relacionados ao meio ambiente, a fim de auxiliar os consumidores a fazer opções informadas”.

A partir da Rio-92, o Grupo sobre Medidas Ambientais e Comércio Internacional, criado no GATT, em 1990, teve seu mandato ampliado de modo a elaborar uma agenda sobre meio ambiente, comércio e desenvolvimento. A conclusão dos trabalhos ocorreu em 1993 e ficou conhecido como Relatório Ukawa – nome do presidente da Comissão.

De acordo com o relatório, os selos verdes poderiam ter grande influência sobre as condições de concorrência no mercado e seu impacto dependeria de fatores como Mecanismos para seleção de produtos e definição de critérios, administração do programa, custos envolvidos no cumprimento dos padrões, acesso aos esquemas de teste e certificação para produtos importados e capacidade tecnológica para atingir padrões mais elevados, entre outros (CORREA, 1998, p.92).

### 3 – A ROTULAGEM

Os rótulos ambientais<sup>3</sup> são selos de comunicação que visam dar informações ao consumidor a respeito do produto.

A rotulagem é tratada por diferentes nomenclaturas, das quais pode-se concluir o seguinte:

- Selo Verde – é o nome genérico para qualquer programa de rotulagem, que evidencia um aspecto ambiental. Nesse contexto, Selo Verde, Selo Ambiental, Rotulagem Ambiental, Rótulo Ambiental e Rótulo Ecológico são tratados como sinônimos.

- A Certificação Ambiental – é um processo diferente, pois, a empresa passa por um programa para tender a determinadas exigências para obter um diploma/certificado.

---

<sup>3</sup> - Esse item é baseado em BIAZIN E GODOY (1999 e 2000)

Como exemplo, uma empresa pode ter um programa de rotulagem, sem, no entanto, possuir certificação.

Existem inúmeros programas de rotulagem. Eles podem ser classificados em dois grandes grupos: 1) os de primeira parte que são aqueles que partem da iniciativa do fabricante e são rotulados por programas implementados pelo fabricante; 2) os de terceira parte que são aqueles rotulados por organismos independentes do fabricante.

Estes dois grupos, por sua vez, possuem subdivisões, apresentados a seguir e visto na Figura 1.

### 3.1 – Rótulos de Fabricantes – Primeira Parte

São os rótulos que partem da iniciativa do fabricante. São as auto-declarações ambientais.

São considerados os selos que geram mais polêmicas, pois, como partem do fabricante, o qual possui interesses comerciais e podem, muitas vezes, fornecer informações incorretas ou parciais. Esses rótulos evidenciam certos atributos dos produtos como: biodegradável, reciclável, retornável, não agride a camada de ozônio, etc.

Outros ainda, diferentes dos citados, evidenciam a contribuição a uma causa ambiental. Neste tipo de programa, uma porcentagem dos lucros provenientes das vendas é destinada às propostas ambientais de preservação ou de recuperação de uma área, por exemplo. Esta atitude empresarial encontra-se em expansão e grandes empresas começam a divulgá-lo em conjunto com os Demonstrativos Financeiros tradicionais e/ou seu Balanço Social, de maneira a evidenciar as suas preocupações com os problemas socioambientais.

### 3.2 – Rotulagem de Terceira Parte

São os programas de rotulagem implementados por órgãos independentes do fabricante.

Eles podem ser voluntários, quando o fabricante busca a rotulagem ou mandatários, quando o fabricante é obrigado a prestar informações.

Neste caso, os voluntários se diferenciam dos de primeira parte, pois, mesmo sendo buscados pelos fabricantes, a certificação ou a rotulagem, é concedida por órgão independente do fabricante, o que os tornam diferentes.

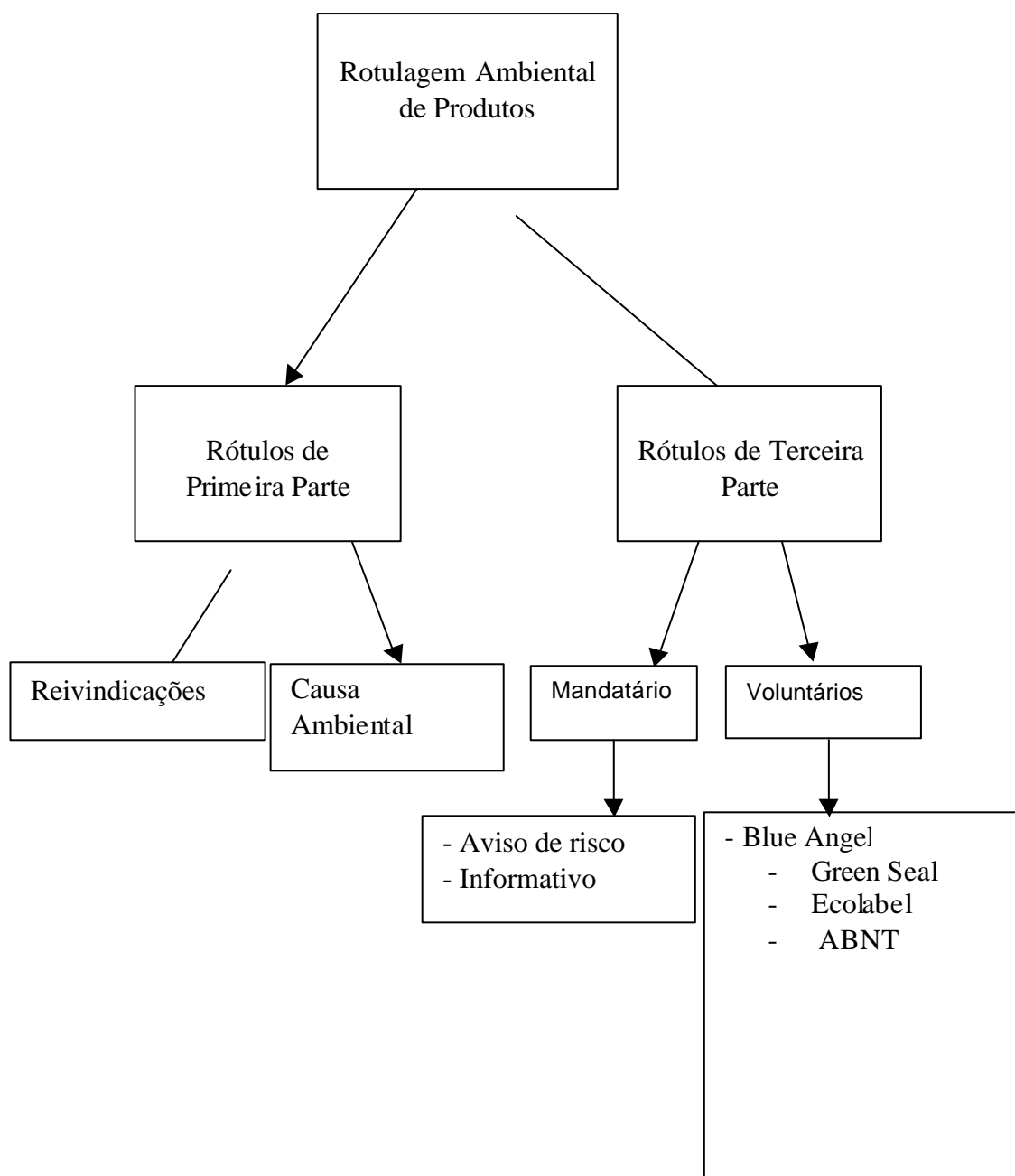
#### 3.2.1 - Rótulos Mandatários

Os rótulos mandatários, de caráter obrigatório, subdividem-se em informativos e de alerta ou aviso de risco.

**Rótulos Informativos.** Apresentam informações técnicas. Exemplo: Consumo de energia em eletrodomésticos, consumo de combustível em veículos automotores, entre outros.

**Rótulos de alertas ou avisos de riscos.** Informam os danos causados ao ambiente ou à saúde. Como exemplos, os rótulos de defensivos agrícolas cuja estampa é uma caveira, os rótulos que indicam presença de inseticidas, fungicidas ou substâncias nocivas à camada de ozônio. Um exemplo de rótulo que está em discussão e gerando polêmica, é o reivindicado, principalmente, pelas ONGs, que exigem que os produtos derivados de sementes geneticamente modificadas, como a soja transgênica, sejam identificados no rótulo.

**Figura 1: Rotulagem Ambiental de Produtos<sup>4</sup>**



---

<sup>4</sup> BIAZIN E GODOY (2001)

### 3.2.2 - Rótulos Voluntários

Segundo Nahuz (1995, p.57), os rótulos voluntários possuem as seguintes características: são voluntários e independentes, pois, são aplicados por terceiros a quem se disponha a integrar o sistema. São aplicados, com critérios bem definidos, a produtos, famílias de produtos e processos; são positivos, ou seja, representam premiação, e, como tal, tornam-se instrumentos de marketing das empresas. São mecanismos de informação ao consumidor; diferem dos rótulos informativos de produtos, que apresentam dados técnicos; diferem das etiquetas de advertência ou alerta, normalmente obrigatórias, quanto à periculosidade de venenos, cigarros, etc.

Os rótulos ecológicos, ou selos verdes, identificam que os produtos são menos agressivos ao meio ambiente que seus similares. São multicriteriosos, pois, levam em consideração vários atributos do produto.

Pode-se citar como principais rótulos: *Blue Angel*, *Green Seal*, *Ecolabel* e o de Qualidade Ambiental ABNT.

O *Blue Angel* (ou *Blau Engel*) é um selo governamental, de iniciativa da República Federal Alemã, de propriedade do Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear. Foi criado em 1978, sendo considerado o programa mais antigo. No início, encontrou resistência por parte dos fabricantes, porém, aos poucos, foi consolidado e, hoje, abrange, aproximadamente, 3.600 produtos. Atua principalmente na certificação das seguintes categorias: tintas de baixa toxidade, produtos feitos com materiais reciclados, pilhas e baterias, produtos que não contém clorofluorcarbono (CFC) e produtos químicos de limpeza doméstica.

Quanto à participação de empresas estrangeiras certificadas tem-se que, em 1995, do total de 1058 empresas licenciadas, 175 pertenciam à empresas estrangeiras. Destas, não havia nenhuma empresa de país em desenvolvimento.

Em relação ao custo, o fabricante paga uma taxa inicial de 300 marcos (US\$ 197.00). A taxa anual para uso do selo varia de 350 e 3.980 marcos (US\$219.00 e US\$2,619.00), dependendo do faturamento anual da empresa (MIRANDA, 2000).

O *Green Seal*, dos Estados Unidos, é um selo de iniciativa privada, de organização independente e sem fins lucrativos, criado em 1989, que tem como objetivo fixar parâmetros ambientais para produtos, rotulagem de produtos e educação ambiental nos EUA.

A concessão da logomarca possui um custo de U\$ 3.000 a U\$ 15.000 e é monitorada pelo certificador através de visitas aleatórias, não anunciadas, e testes periódicos dos produtos.

As categorias de produtos certificadas são: - lâmpadas fluorescentes compactas; detergentes domésticos; papel de jornal; tintas anticorrosivas; sistemas de rotulagem plásticos; redutores de poluição para veículos; papel para impressão e escrita; óleo reconicionado; sacolas reutilizáveis; acessórios de eficiência hídrica e equipamentos de irrigação. Segundo Miranda (2000), até março de 1996, das dezessete empresas com produtos rotulados só havia 3 canadenses como empresas estrangeiras rotuladas.

O *Ecolabel*, resultante de uma decisão do Parlamento Europeu, em 1987, e implementado pelo Conselho da União Européia, é um selo, criado em 1992 e reflete um esquema comunitário de rotulagem ambiental e tem como um dos seus objetivos adotar um único rótulo ambiental na União Européia.

O selo é voluntário, porém, exigido pela União Européia aos produtos importados, os quais deverão atingir os mesmos requisitos que os produtos locais.

O selo leva em consideração a Análise do Ciclo de Vida do produto. As categorias avaliadas são: máquinas de lavar louça, máquinas de lavar pratos, adubos para solo, papel

higiênico, papel de cozinha, detergentes, lâmpadas elétricas de bocal único e duplo, tintas e vernizes e camisetas de malha de algodão.

É o primeiro selo regional e transnacional. A certificação tem validade por um período não superior a três anos. Após isso é necessário que a empresa passe por nova avaliação.

O **Selo de Qualidade Ambiental ABNT**, da Associação Brasileira de Normas técnicas, representante no Brasil da ISSO. A ABNT participa do processo de elaboração das normas da ISO 14000, como membro votante fundador.

O programa brasileiro de rotulagem ecológica teve início, em 1993, com uma pesquisa sobre os programas de Rotulagem Ambiental existentes no mundo. Esta pesquisa visou fornecer subsídios na elaboração de um modelo brasileiro.

Visualiza-se a seguir a logomarca do programa.

O globo azul foi escolhido para representar o planeta Terra. A qualidade ambiental de produtos como uma ferramenta de proteção ambiental global é representada pelo texto abaixo do globo. Sua parte de cima está “aberta” para simbolizar a liberdade da vida, representada pelo beija-flor. Por sua vez, este representa a conservação de espécies como uma ferramenta de conservação ambiental local.

O programa visa suprir as necessidades brasileiras na área de certificação ambiental e possui 10 famílias ou categorias de produtos selecionados para a certificação: papel e celulose; couro e calçados; eletrodomésticos; aerossóis sem CFC; baterias automotivas; detergentes biodegradáveis; lâmpadas; móveis de madeira; embalagens; cosméticos e produtos de higiene pessoal.



Os objetivos e metas da ABNT-Qualidade Ambiental são: Certificar os produtos disponíveis no mercado, que efetivamente demonstrem ter Qualidade Ambiental, através de critérios elaborados de forma transparente e participativa, considerando o seu ciclo de vida; Dinamizar a criação de novos Programas de Certificação Ambiental de Produtos para os setores onde seja percebida a sua necessidade, em articulação com as entidades setoriais e demais partes interessadas; Divulgar o rótulo ecológico ABNT - Qualidade Ambiental, ressaltando a sua credibilidade e relevância para o mercado; Atuar na certificação ambiental dos produtos de forma positiva, segundo as regras e práticas internacionais;

tornar-se um instrumento útil para os consumidores, as empresas e a sociedade em geral, na promoção do fornecimento de produtos melhores do ponto de vista ambiental; ser reconhecido como "o rótulo ecológico brasileiro", sendo uma efetiva ferramenta de promoção dos produtos que apresentem a Qualidade Ambiental exigida nos critérios para concessão da Marca; atingir a auto sustentabilidade financeira do Programa; conseguir o reconhecimento internacional.

Em 1995, foi criado o primeiro Comitê Técnico de Certificação Ambiental de produtos da ABNT. A primeira categoria de produtos escolhida foi a de calçados e couro.

Uma das propostas que têm sido aceita em âmbito mundial é que a modelagem do selo seja realizada de acordo com os princípios e requisitos sugeridos pelas normas da série ISO 14024, que trata da rotulagem ambiental Tipo I.

Os rótulos, tanto de primeira quanto de terceira parte, portanto, tem como características em comum:

- a) o caráter propagandístico, de marketing, dado que, de maneira geral, o consumidor (principalmente, o brasileiro) não tem como distinguir um selo de primeira parte e um selo de terceira parte;

- b) ambos procuram conquistar mercados nacionais e se diferenciar de produtos similares;

- c) referem-se a produtos, que causam impacto ambiental, em particular, aqueles que são atacados pela mídia ou pelos órgãos ambientais.

- c) em grande parte, salvo os mandatários, são voluntários.

Em alguns países, principalmente os desenvolvidos, cresce a aceitação dos selos de primeira parte. Este fato pode ser explicado em parte, pelo nível de conscientização que se encontram os consumidores, não somente em relação às questões ambientais, mas pelo exercício da própria cidadania. Os consumidores, juntamente com órgãos de defesa, exigem seriedade por parte das empresas e cumprimento das declarações. Neste caso, os consumidores, pode se dizer, são vigilantes das declarações feitas pela empresa e qualquer incorreção ou declaração enganosa, a empresa terá que responder perante ao público com respaldo legal.

#### **4 – A DIFUSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ROTULAGEM AMBIENTAL**

Até o aparecimento do *Blue Angel*, a rotulagem era tratada como uma forma de promover mudanças no padrão interno de consumo e produção. No ano de 1988, surgem os selos, no Canadá, o *Environmental Choice Program* e nos países Nórdicos, o *Nordic Swan*; e, em 1989, surge, no Japão, o *EcoMark*.

A Declaração de Berlim, em 1990, reitera a posição do rótulo ser um veículo de mudança de comportamento e conclama a implementação de programas similares em outros países.

A partir dos anos 90, surgem diversos programas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. O *Green Seal*, dos Estados Unidos, criado em 1990. Em 1991, surge, na França, o *NF-Environnement* e na Índia, a *EcoMark Program*. Em 1992, é criado, na Coreia, a *Eco-Label*, em Singapura, a *Green Label*, na Nova Zelândia, o *Environmental Choice*; em Taiwan surgiu *Green Mark* e, na União Européia, o *Ecolabel*. Em 1993, surge na Espanha, a AENOR - Meio Ambiente

A crescente proliferação de rótulos ambientais gerou vários problemas. Entre estes: várias nações, visando o protecionismo de suas indústrias, criavam uma diversidade de exigências para entrada de empresas oriundas de outros países; muitos fabricantes começaram a declarar, em rótulos de seus produtos, que o processo de produção era



ecologicamente correto, que era reciclável, não agredia a camada de ozônio, entre outras, ou seja, termos imprecisos que não tinham correspondência entre os diversos países, já que os parâmetros eram pessoais, ou de um grupo de organização

Conseqüentemente, nesse novo contexto de produção, de maiores exigências de qualidade e respeito ao meio ambiente pelo consumidor, começa a surgir a necessidade de maior rigor com os rótulos existentes no mercado, dado que eles poderiam ter características e objetivos diferentes.

.Com a perspectiva de aumento dos selos ambientais no mundo, já em 1990, a OCDE- Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – decidiu elaborar um levantamento das características dos selos existentes bem como a sua compatibilização com o GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. O tratamento dessa relação começou em 1991, no âmbito do GATT.

Paralelamente, multiplicou-se o uso indevido de termos como “reciclado”, “biodegradável”, “sem CFC”, “Protege a Natureza”, além da existência da propaganda parcial ou enganosa. O tratamento dessas questões gerou a necessidade de disciplinamento, tanto em nível nacional quanto em internacional. Conseqüentemente, além do GATT, vários outros foros internacionais começaram a discutir a questão da rotulagem ambiental, em particular as negociações da Agenda 21, no comitê preparatório da Rio-92.

Atualmente, no âmbito internacional, discutem a ONU- Organização das Nações Unidas, o PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, UNCTAD – Conferencia das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico e a OMC- Organização Mundial do Comércio.

Ainda no âmbito internacional, desde 1994, a rotulagem ambiental está sendo discutida na ISO- Organização Internacional de Normalização. A ISO 14020 classifica os rótulos em três tipos básicos: **Tipo I** – Programa de Certificação Ambiental Multicriteriosa<sup>5</sup>, voluntário, concedido por organismo independente (ou por terceiros). Classificam-se nesta categoria os rótulos: Blue Angel, Green Seal, European Ecolabel, Qualidade ambiental ABNT; o **Tipo II** – Reivindicação Ambiental Informativa Autodeclarada<sup>6</sup>. São os que partem do fabricante; **Tipo III** – Rótulo de Informação Quantificada de Produto, baseada em verificação independente, utilizando índices prefixados. Como exemplo o Cartão de Relatório Ambiental pertence à esta categoria<sup>7</sup>.

As Normas ISO 14021 e 14024, aprovadas em 1999, contém as diretrizes para o uso do rótulo de Tipo III e Tipo I, respectivamente.

No mesmo ano, existiam 14.106 certificações ISO 14000 em 84 países, sendo que a América Central e do Sul detinham 2,2%, a Europa detinha 52,2%, o Leste Asiático com 30,84% (no qual o Japão detém a maioria das certificações), e América do Norte com 6,9%. O Japão é o país com maior número de certificações do mundo, com 3.015 (ISO 14000, 2001, P.16)

Muitos programas de rotulagem ambiental são anteriores à criação das normas ISO e de acordo com TIBOR e FELDMAN (1996, p.75), *“as normas ISO de rotulagem não substituirão os programas existentes, mas, pelo contrário, irão complementá-los fornecendo métodos, critérios e procedimentos internacionalmente aceitos para executar esses programas e fazer reivindicações ambientais”*.

---

<sup>5</sup> Vários atributos do produto são julgados.

<sup>6</sup> São os selos que mais geram polêmicas atualmente, pois eles partem dos próprios fabricantes, em geral com interesses comerciais, daí a necessidade de uma padronização.

<sup>7</sup> Segundo Duarte (1997), os rótulos mandatários (avisos de risco e informativos) e a certificação mono-criteriosa não serão regulamentados pela ISO 14000

As normas da série ISO 14000 podem ser implantadas de forma isolada. A empresa pode, por exemplo, implantar a ISO 14020, que se refere à rotulagem. *“O sistema de gestão ambiental pode abranger toda a organização, uma instalação ou unidade operacional específica ou várias instalações. Cabe à organização decidir o nível de detalhe e complexidade de seu sistema de gestão ambiental e a quais atividades, processos e produtos ele se aplica”* (TIBOR & FELDMAN, 1996, P 77) .

Em relação a comércio externo, a diversidade de rótulos ambientais levanta questões que dizem respeito aos critérios de escolha dos produtos e aos critérios de concessão. Ocorre que, diferentemente da certificação convencional de produtos, que adota normas técnicas com requisitos mínimos de qualidade, a rotulagem ambiental adota critérios de excelência definidos pelo conjunto de interessados, de modo que um critério adotado por um determinado programa pode não ser ambientalmente importante para outro. Com o objetivo de resolver estas questões é que foi criada a Rede de Rotulagem Global (*Global Ecolabelling Network* - GEN) em 1994, que congrega atualmente 26 programas de rotulagem ambiental. A principal meta da GEN tem sido a reciprocidade ou mesmo o reconhecimento mútuo entre os programas. Além disso, o Comitê Técnico 207 da ISO trabalha na criação de diretrizes globais, algumas delas já sendo aplicadas.

Dos 26 programas de rotulagem existentes no mundo, 15 foram criados e são operados, direta ou indiretamente, por órgãos governamentais, com diferentes níveis de envolvimento e produtos certificados. Os países que fornecem certificação são: Alemanha, Canadá, França, Países Nórdicos (Finlândia, Suécia, Noruega e Islândia), União Européia, Irlanda, Áustria, Austrália, Nova Zelândia, Países baixos, Japão, Suécia, EUA, Espanha, Cingapura, Coreia, Índia, Croácia, República Tcheca, Taiwan e Brasil.

Nos vários programas existentes, o que conta com maior número de empresas estrangeiras certificadas é o da Alemanha, no qual das 1.058 licenciadas, 175 eram estrangeiras e todas européias. No programa tcheco, das 22 licenciadas, oito são estrangeiras; nos países baixos do total de dez, três são neerlandesas; no Canadá, das 116 empresas certificadas, dezessete são norte-americanas e de Taiwan; no Japão, das 1.039 empresas licenciadas, 22 são estrangeiras, nos países nórdicos 19 das 182 licenciadas, na União Européia existe uma das seis autorizada, para se ter uma idéia. Nenhuma empresa de país em desenvolvimento tem produtos com os selos citados (Correa, 1998, p.58).

## **5. ALGUNS IMPACTOS DA ROTULAGEM AMBIENTAL**

A rotulagem, do ponto de vista dos benefícios ambientais, pode ser um instrumento na difusão de um novo comportamento do consumidor e do produtor. Isso é interessante, principalmente, se observado que o selo é voluntário.

Do lado do produtor, a rotulagem traz benefícios sociais ao internalizar nos custos de produção as externalidades ambientais negativas; diferencia os produtos em relação aos concorrentes; incentiva o desenvolvimento de tecnologias apropriadas; amplia o mercado para novos produtos ambientalmente sustentáveis quanto ao uso dos recursos naturais; possibilita a obtenção de preços diferenciados e diminui os custos com seguros.

Do lado do consumidor é um importante instrumento de educação em direção à mudança para hábitos de consumo mais positivos do ponto de vista ambiental, possibilita a incorporação dos aspectos ambientais no dia-a-dia dos cidadãos e evidencia a sua capacidade de interferência. No entanto, na prática, o consumidor não diferencia um rótulo Tipo I de um Tipo III, a não ser quando altamente divulgados pela mídia (INMETRO, Abrinq, entre outros). Nesse aspecto, a maior preocupação do consumidor é com a veracidade das informações do rótulo e, para isso, ele tem se tornado cada vez mais

exigente e se organizado com relação às informações contidas e, principalmente, com aquelas não explicitadas no rótulo, como é o caso dos transgênicos.

O problema maior ocorre com as empresas. Estas, ao buscarem a certificação, passam a se deparar com os diversos tipos de rotulagem.

Na busca do mercado internacional ou de se manter no mesmo, a tendência é a procura por selos do Tipo I, aqueles fornecidos por terceiros. Nesse contexto, existem somente 24 países que certificam, entre eles o Brasil, e uma de suas premissas fundamentais das certificadoras é o número limitado de produtos certificados no ano. Essa posição ocorre em defesa da credibilidade do selo e manutenção da competitividade do produto perante similares.

Além disso, o produtor se depara com os altos custos da implantação de um programa de rotulagem. Os preços variam de US\$ 197,00 (Alemanha) até US\$ 1.655,00 (Suécia). Os programas cobram, também, uma taxa anual para o uso do selo, que corresponde a um percentual sobre o volume de vendas. Outro problema está nas despesas com inspeção de instalações produtivas obrigatórias, que são caríssimas para produtores que pleiteiam o selo: a França, por exemplo, para realizar a auditoria cobra US\$ 1.090,00 por dia, além da passagem e acomodação.

Do ponto de vista do comércio internacional existe a preocupação que a rotulagem pode resultar em discriminação contra produtores estrangeiros. Assim, apesar de ser voluntário, a rotulagem afeta a competitividade e pode agir como barreira não-tarifária nas relações internacionais.

Várias declarações são feitas nesse sentido. Segundo Correa (1998: 50), os países em desenvolvimento selecionam, em geral, categorias de produtos já existentes em países industrializados, em particular, os de sua pauta de exportação e quando os mesmos decidem adotar programas de rotulagem ambiental é com o objetivo de preservação dos mercados de exportação e melhoria da competitividade internacional de seus produtos.

Na prática os selos passam a ser fonte de discriminação de produtos tanto dentro do país quanto fora dele.

Segundo Vossenaar (2001), estudos de UNCTAD mostraram que as concessões de selos se baseiam em critérios iguais tanto para os produtores domésticos quanto para empresas estrangeiras que pleiteiam o mesmo. Nos casos em que ocorrem problemas, geralmente, representa a discriminação do produtor doméstico em relação ao produtor estrangeiro.

As discriminações, segundo o mesmo (2001), são atribuídas a vários fatores:

- a) como o selo está baseado em exigências do país fornecedor do selo bem como a tecnologia a ele associada ignoram-se os processos e produtos dos países que pleiteiam o selo.produtres.
- b) Nas categorias de produto, os critérios favorecem/protegem o mercado interno do país fornecedor do selo.
- c) O país que fornece o selo pode exigir dos produtores estrangeiros critérios que não são compatíveis com a situação do país solicitante. Assim, tecnologias desenvolvidas que são importantes no país fornecedor do selo (possível importador) nem sempre se aplicam a situação do país de produção (exportador);
- d) As exigências legais e infra-estruturas ambientais diferem entre os países;
- e) Certos parâmetros utilizados no país certificador baseiam-se no ciclo de vida do produto local e ao exigir os mesmos parâmetros para o pleiteador supõe a mesma situação de exigência, o que pode superestimar os impactos ambientais no país de produção.

Por suas possíveis implicações comerciais documentos preparados pelo Secretariado do GATT, hoje Organização Mundial do Comércio, indicam três possibilidades de efeitos comerciais negativos dos programas de selo verde sobre o acesso a mercado: (a) podem discriminar contra produtores estrangeiros, pela influência de produtores domésticos na seleção das categorias de produtos e na formulação de critérios, que refletem suas condições e prioridades nacionais; (b) podem constituir barreiras técnicas ao comércio se a determinação dos critérios, em particular quanto ao uso de matérias-primas e métodos e processos de produção, não estiver baseada em considerações objetivas e científicas ou deixe de levar em conta os processos existentes em outros países; e se os procedimentos de verificação de conformidade forem desnecessariamente estritos ou rigorosos, e não aceitarem sua condução por instituições reconhecidas no país importador; (c) podem afetar os custos e a competitividade dos produtores estrangeiros. (MMA, 2001)

Do ponto de vista do comércio internacional, portanto, a preocupação é que a rotulagem pode resultar em discriminação contra produtores estrangeiros. Assim, apesar de ser voluntário, elas podem afetar competitividade e agir como barreiras não-tarifárias nas relações internacionais.

Segundo Correa (1998, p.33), existem várias situações com relação ao selo verde, quais sejam: muitas empresas de países industrializados sentem-se ameaçadas, em sua competitividade, pelo alto custo da implementação das regulamentações ambientais. Por outro lado, os produtores domésticos, em particular as empresas que mais rapidamente adequaram suas estruturas produtivas às tecnologias mais limpas, passam a pressionar os governos e a procurar apoio em grupos de ambientalistas pelo temor de que, *“se os padrões mais brandos no exterior com relação à poluição industrial forem percebidos internamente como prejudiciais à competitividade dos produtores domésticos, podem surgir pressões políticas para a redução dos níveis de exigência ambiental no país”*.

Veiga (1999) e Baena (2000) estudaram os possíveis impactos da rotulagem ambiental sobre as exportações de produtos têxteis brasileiros e concluíram que não parecem representar ameaça maior. Para as grandes empresas, que concentram a maior parte das exportações, as questões ambientais são vistas como extensão de seus programas de qualidade. As pequenas e médias empresas têm dificuldades para arcar com os custos das exigências para obter a concessão de selos verdes ou de certificados de gestão ambiental, ainda mais se perderem competitividade em preço em face de preços internos elevados das substâncias químicas alternativas exigidas.

As demandas por níveis de exigências, portanto, abarcam diferentes interesses: exigência de harmonização dos padrões ambientais aos níveis mais elevados do país importador; aplicação de tributos especiais para compensar “vantagem desleal” de custos de produtos originários de países com padrões mais brandos, considerados como *dumping* ambiental; ou concessão de subsídios às indústrias domésticas para cobrir os custos adicionais exigidos para o cumprimento de padrões mais elevados.

Quanto aos programas de selo verde existem três possibilidades de efeitos comerciais negativos: a) a discriminação contra produtos estrangeiros, sem violar o princípio da não-discriminação da OMC, ao não distinguir o produtor doméstico do estrangeiro;

b) podem constituir barreiras técnicas ao comércio se a determinação dos critérios, em particular o uso de matérias-primas e métodos e processos de produção, não estiver baseada em considerações objetivas e deixe de levar em conta os processos existentes em outros países;

c) podem afetar os custos e a competitividade dos produtores estrangeiros.

Além disso, muitos selos restringem o número anual de certificações ou definem seus critérios de maneira que apenas um grupo de produtos possa ser qualificado/certificado ou ainda as tecnologias para a obtenção dos atributos requisitados podem ser tão rígidas que, poucas empresas tem condições de atendê-las.

Um dos princípios citados anteriormente, diz que os programas de rotulagem não devem criar barreiras ao comércio internacional, no entanto, ao que tudo indica, alguns programas se constituem como barreiras não tarifárias aos produtos estrangeiros. Estas barreiras estão levando os países em desenvolvimento a buscar programas de rotulagem e escolher categorias de produtos que já possuam selos em países desenvolvidos. *“Os países em desenvolvimento, embora compartilhem os propósitos de estimular mudanças nos comportamentos de consumidores e produtores, decidem adotar programas de rotulagem ambiental com o objetivo maior de preservação dos mercados de exportação e melhoria da competitividade internacional de seus produtos.”* (CORREA, 1998, p. 46)

Os motivos que estimulam os países “em desenvolvimento” a buscarem programas de rotulagem parecem ser exatamente opostos dos países “desenvolvidos”.

Os países desenvolvidos, pioneiros na utilização dos selos, passaram a utilizá-los como forma de diferencial, voltado tanto para o mercado interno e externo.

Já os países em desenvolvimento, são pressionados ou mesmo “obrigados” a adotar programas de rotulagem, não como os primeiros, visando o mercado interno, mas principalmente, devido ao fato de serem discriminados a ponto de ficar fora do comércio internacional.

## **6 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A rotulagem ambiental é um assunto que começa a ganhar destaque nos meios acadêmicos e nos foros nacionais e internacionais. Existe muita polêmica e falta de dados, em particular, os referentes aos efeitos no comércio internacional. O que se tem, hoje, são campos de discussão a favor e contra a rotulagem e sua influencia ou não na exportação de produtos.

Nesse contexto, a rotulagem ora é vista como fonte de incentivo ao comércio ambientalmente correto e/ou veículo para o aumento da consciência ambiental do consumidor e produtor ora como mais uma forma de barreira, principalmente, aos países em desenvolvimento.

Não há dúvidas de que os setores mais dinâmicos na exportação, no Brasil, são intensivos em energia e recursos naturais. São os que constituem parcela expressiva das exportações brasileiras como: têxteis e vestuário, calçados e produtos de couro, papel e celulose, produtos de madeira e móveis de madeira. Para a maioria destes, já existem ou estão em fase de elaboração, requisitos definidos nos programas de selo verde de países desenvolvidos.

Nesse contexto, é necessário firmar uma posição no que se refere aos selos verdes.

Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, as certificações (os programas de rotulagem ambiental) são motivadas principalmente, como meio de garantir o mercado internacional e/ou conquistar novos mercados. As categorias aprovadas, geralmente são aquelas que já possuem produtos rotulados nos países desenvolvidos. Ou seja, os selos não estão voltados para o atendimento dos requisitos do mercado interno e sim internacional.

De forma geral, alguns pontos podem ser destacados em relação aos selos ambientais:

- Ao se considerar o comportamento do consumidor dos países “desenvolvidos”, com histórico de maior combatividade (existe o livro negro de empresas que tem práticas

muito degradantes, um sistema de boicote a produtos e empresas que funciona) e uma sociedade civil mais organizada, para eles o selo de primeira parte (bem mais barato) cumpre o seu papel de informação.

- Nos países em desenvolvimento, o consumidor, em geral, pouco conhece ou nem sabe da existência e, mesmo da importância dos rótulos ambientais, a não ser quando se trata de questões que mídia divulga (data de validade, peso, faixa etária). A questão do rótulo ser de primeira ou de terceira parte pouco importa, visto que grande parte dos consumidores não diferencia um ou outro. Nesse contexto, pode-se enfatizar, principalmente para as pequenas e médias empresas, o selo de primeira parte.
- Em especial no Brasil, os consumidores começam a se preocupar com as questões ambientais, em parte influenciados pela mídia que divulga os efeitos dos “descasos” em relação ao meio ambiente. Esta com a participação das ONGs, das Associações Comerciais, Governo e outros órgãos podem formar um mercado mais exigente e preocupado com os impactos ambientais das atividades econômicas existentes. Neste sentido, a sociedade civil organizada e/ou as parcerias com o setor público podem exigir, das empresas com selos de primeira parte (mais baratos), maior clareza, veracidade e abrangência das informações. Essa postura pode, com o tempo, melhorar a credibilidade das informações veiculadas. O consumidor estaria mais atento. Além disso, o selo de primeira parte, além de ser mais barato, basicamente, teria pouca influência no preço final do produto.
- Já os fabricantes/produtores, que fazem parte de uma cadeia/rede de relacionamentos sendo ora compradores ora fornecedores, possuir um selo de primeira parte ou de terceira parte pode fazer diferença. Neste caso, os selos de terceira parte podem ser um diferencial e mesmo uma exigência em suas relações comerciais. É o caso das empresas multinacionais que exigem de sua rede de fornecedores as certificações de garantia de qualidade dos produtos, através da ISO 9000, ou mesmo da qualidade ambiental com a ISO 14000. No caso de pequenas e médias empresas voltadas ao mercado nacional, o selo de primeira parte seria uma solução viável economicamente.
- Na maioria dos programas de rotulagem terceira parte, o custo é alto. Tanto para a implementação, como para a manutenção do rótulo. Em quase todos, paga-se uma taxa anual pelo uso da logomarca. Esses produtos, geralmente, possuem um preço diferenciado, portanto, são direcionados para um público disposto (ou com condições monetárias) a pagar mais pela menor agressividade ao meio ambiente.
- As empresas certificadas de países em desenvolvimento possuem baixa representatividade podendo indicar o caráter protecionista dos programas.
- Ressalta-se a importância da veracidade das informações contidas no rótulo, não importa se de primeira ou de terceira parte. Tudo indica que, cada vez mais, será valorizada a empresa com Responsabilidade Social.

Finalizando, entre apoiar a harmonização pelos padrões mais altos (e mais caros) ou defender o reconhecimento mútuo de rotulagens ambientais distintas com base em especificidades nacionais ou regionais, esta última proposta parece ser a mais viável, pois, passa a ser não discriminatória dos países “subdesenvolvidos” e “em desenvolvimento”.

O debate para se conseguir a aceitação de condições diferenciadas de rotulagem precisa ser urgentemente aberto.

A polêmica está posta. Particularmente, nesse artigo, posicionou-se que a rotulagem é mais uma forma de barreira não-tarifária aos países em desenvolvimento.

## **7 – BIBLIOGRAFIA**

BLAZIN, C. C. e GODOY, A M G - O Brasil frente às questões ambientais: a criação do selo verde brasileiro, Maringá: UEM, p. 185, **Anais do Workshop 2000**, 16 a 19 de maio/2000: a produção integrada do centro de Ciências Sociais Aplicadas frente ao novo milênio, 2000 (publicado em CD).

BLAZIN, Celestina C. e GODOY, Amalia M G - O Selo Verde; uma nova exigência internacional para as organizações, **Anais do XX Encontro Nacional de Engenharia da Produção e VI International Conference on Industrial Engineering and Operations Management**, São Paulo, p. 1-8, 30 de outubro a 01 de novembro de 2000 (publicado em CD)

BLAZIN, Celestina C. e GODOY, Amalia M.G - Gestão ambiental: a rotulagem ambiental nas pequenas empresas do setor moveleiro – **Anais do III Encontro nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, de 11 a 13 de novembro de 1999 (publicado em CD).

BLAZIN, Celestina C.. e GODOY, Amalia M. G – A rotulagem ambiental de produtos com ênfase na indústria moveleira – **Anais da XIX Semana do Administrador da UEM**, p.58-76, 1999 (publicado em CD)

CASTELLS, Manuel. El nuevo modelo mundial de desarrollo capitalista y el proyecto socialista, **documento auxiliar n.º 406**, mimeo, Madrid, 1987.

CERTIFICAÇÃO ABNT. Disponível na Internet em <http://www.abnt.org/certific/index.htm>.

CORREA, Leonilda BCGD – **Comércio e Meio Ambiente: atuação diplomática brasileira em relação ao selo verde**, Brasília: Instituto Rio Branco, 1998.

D'AVIGNON, Alexandre. **Normas ambientais ISO 14000: como podem influenciar sua empresa**. Rio de Janeiro: CNI, DAMPI, 1996.

DUARTE, Marcos D. **Caracterização da Rotulagem Ambiental de Produtos**, Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Engenharia da Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. [online] Disponível na Internet via [www.epsw.ufsc.br/dissert97/duarte/](http://www.epsw.ufsc.br/dissert97/duarte/).

GODOY, Amalia M G – Padrão de Desenvolvimento e Meio Ambiente, **Textos para discussão**, Programa de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá, n.50, 2000.

IMAFLORA. Disponível na Internet em <http://www.imaflora.org/programs/fsc.htm>

ISO 14000, disponível no site [www.iso.org](http://www.iso.org), em agosto de 2001.

MARTINEZ, C. & RIBAS, S. **A dura adaptação ao selo verde**. Gazeta Mercantil. São Paulo: 24/11/98, p. A7.

NAHUZ, Marcio Augusto Rabelo. **O Sistema ISO 14000 e a Certificação Ambiental**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. FGV. V.35. Nov/dez. 1995.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed., 1991.

SCHMIDHENY, Stephan. **Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1992.

TIBOR, Tom & FELDMAN, Ira. **ISO 14000. Um guia para as novas normas de gestão ambiental.** São Paulo: Futura, 1996.

VOSSENAAR, René – O Trabalho da UNCTAD na rotulagem ambiental. In Seminário Internacional de em experiências em rotulagem, organizado pelo Ministério do Ambiente, Brasil: São Paulo, 2000 disponível em [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br), em abril de 2001